

Câmara pode punir Faria com cassação de mandato

A Mesa da Câmara dos Deputados está disposta a apresentar o pedido de cassação de mandato do deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), acusado de desviar verbas do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) na forma de empréstimos para a construção de casas em Búzios, no litoral fluminense, quando era o presidente da entidade. A presidência da Câmara, no entanto, aguardará o envio dos documentos que poderão comprovar o prejuízo de, aproximadamente, US\$ 10 milhões.

Independente dessa avaliação, o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), pedirá ao atual presidente do IPC, senador Rui Bacelar (PMDB-BA), que aquela entidade solicite a instauração de inquérito policial e que seja contratada uma empresa de advogados especializados, em assuntos dessa natureza para tentar anular os atos de Gustavo Faria, obrigando a devolução do dinheiro aos cofres do IPC.

A situação do deputado Gustavo de Faria junto à Câmara só se agravou ontem, quando a deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) encaminhou à Mesa um requerimento, com o apoio de 400 parlamentares, pedindo a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito para investigar as denúncias. Além disso, o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), apresentou um pedido de instauração de inquérito policial e de expulsão de Faria do PMDB.

Auditoria

O requerimento de Tutu Quadros forçou uma reunião da Mesa da Câmara que acabou se antecipando à deputada. Segundo o vice-presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), a instalação de uma comissão "protelaria" qualquer decisão, já que seriam necessárias novas investigações. Optando pelo rito sumário, a Mesa deci-



Os membros do IPC entenderam que Faria (D) não provou estar isento das acusações

diu nomear um auditor que, até o início da próxima semana, apresentará documentação necessária para explicar o empréstimo que foi feito para a construção das casas em Búzios no valor de 4,4 bilhões de cruzados antigos, que resultaram na aquisição de 850 debêntures (espécie de notas promissórias), sem validade jurídica, equivalentes a 1,3 bilhão de cruzados antigos. Comprovadas as irregularidades, a Mesa pretende encaminhar ao plenário, de acordo com o regimento interno, o pedido de cassação.

A expulsão do deputado do PMDB, pedida por Gasparian, começa a ser apreciada na terça-feira.



Ontem de manhã, o deputado Gustavo de Faria prestou depoimento junto ao Conselho deliberativo do IPC. Segundo o atual presidente da entidade, senador Rui Bacelar (PMDB-BA) Faria não apresentou provas suficientes para "isentá-lo das acusações". Faria disse que estava sendo "vítima de uma campanha" da imprensa, que embute "divergências políticas" com o governador Moreira Franco. Assumiu que toda a transação do empréstimo foi feita por ele, isentando os senadores João Lobo (PFL-PI) e Odacir Soares, (PFL-RO) que faziam parte da diretoria do IPC à época, de qualquer envolvimento ou responsabilidade.

Carlos Menandro